



O ACT 2013/2014, por motivo de alteração nos trâmites de aprovação decorrentes da Portaria nº 27, de 12/12/2012, que instituiu novos procedimentos para encaminhamento dos ACTs, encontra-se para deliberação do Conselho de Administração da VALEC- CONSAD, para após isso, ser encaminhado para o MT/DEST.

Os diretores do Sindicato Roberval Duarte Placce e Vanderlei Gomes de Faria representam o Sindicato neste processo de negociações. A proposta da VALEC foi no sentido de manter todas as cláusulas do último Acordo Coletivo de Trabalho,

prorrogado até a finalização do presente ACT, com o reajuste do percentual 6,49%, que representa a variação do IPCA do período. Todas as negociações já foram encerradas com a VALEC, só faltando agora a autorização do Governo Federal para a assinatura do mesmo.

Vale lembrar, que a data base da categoria é primeiro de maio, e todos os efeitos deste acordo retrocedem a esta data. Os valores de reajuste salarial aplicados aos ferroviários que hoje estão na ativa nos quadros da VALEC, é o que será aplicado aos ferroviários aposentados e pensionistas que tem direito a paridade.

Ampliar a mobilização para derrotar o projeto da escravidão

Depois de a militância cutista mobilizada impedir, em sucessivas sessões, a votação do projeto na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, as lideranças partidárias suspenderam a tramitação na comissão e acordaram com o presidente da Câmara, deputado Henrique Alves (PMDB-RN), e com as centrais sindicais, a realização de uma comissão geral no Plenário com o objetivo de aprofundar o debate dentro da Casa. A atividade aconteceu no dia 18 de setembro.

Em um debate de altíssimo nível, representantes dos trabalhadores, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (ANAMATRA), da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) e diversos deputados desmontaram as propostas e intenções dos empresários contidas no projeto e demonstraram, com argumentação consistente, o que ele representará para a classe trabalhadora.

Amobilização da militância cutista inverteu a correlação de forças, que até então era favorável à aprovação do PL 4330/04. O projeto, que poderia ser levado direto ao Plenário da

Câmara, volta à sua tramitação normal na CCJ do projeto com um prazo de cinco sessões para apreciação, seguindo depois para o Plenário da Câmara. O que muda? O compromisso de um número crescente de partidos e parlamentares de não votar essa proposta.

Vitória da classe trabalhadora! Ninguém mais aprovará este projeto no escuro. Todos os holofotes estão virados para este enfrentamento fundamental para a luta de classes no Brasil. A atuação da Central foi decisiva, viramos um jogo que poderia ser uma grande tragédia.

A CUT mobilizou as categorias em todo o país e unificou os esforços dos mais diversos setores da sociedade contra esta tentativa de legalizar a precarização. E nesse processo é preciso lembrar dos aliados, as bancadas do PT e do PCdoB, que tiveram atuação exemplar desde o início do processo na luta contra a tentativa patronal de aprovar essa reforma trabalhista.



Os últimos meses foram de um amplo processo de discussão e conscientização sobre os riscos que o projeto do empresário e deputado Sandro Mabel do PMDB-partido que integra a base aliada do Governo Dilma - representa, não apenas para os

trabalhadores, mas para o futuro do Brasil. A mobilização foi crescendo. A cada semana, mais e mais trabalhadores/as se deslocavam de seus estados para dizer não ao PL 4330/04.

Entre junho e setembro, as centrais sindicais ainda fizeram o esforço conjunto de construir uma proposta que protegesse os direitos trabalhistas e garantisse a liberdade de organização sindical, mas os empresários permaneceram inflexíveis.

Os trabalhadores disseram não à exploração do capital, não às jornadas extensas e mal remuneradas, não às péssimas condições de saúde e segurança, não ao assédio moral, não à falta de proteção social e à rotatividade, não ao

calote e ao desrespeito, não a esta mentira chamada PL 4330/04. E continuarão alertas: a CUT, sua militância e os 89 deputados federais do PT estarão em alerta contra qualquer tentativa de votar na surdina esse projeto

Os trabalhadores estão dizendo, em alto e bom som, ao Congresso, ao governo e aos empresários que o Brasil vai parar se esta vergonha for aprovada. Os trabalhadores estão dizendo em alto e bom som aos deputados que eles serão lembrados em 2014, pois a classe trabalhadora não será enganada por representantes do capital nas próximas eleições.

A base e a direção da CUT saem fortalecidas deste processo, com suas forças e disposição renovadas para lutar contra a flexibilização das relações de trabalho e precarização, revigorada para disputar um novo modelo de desenvolvimento para o Brasil. Queremos crescimento com distribuição de renda, queremos redução da jornada sem redução de salário, queremos o fim do fator previdenciário, o fim dos leilões do pré-sal, queremos avançar em conquistas e garantir melhores condições de vida e de trabalho para os brasileiros e as brasileiras.

A insatisfação da categoria com a forma de gestão da direção da empresa chegou ao limite. Cotidianamente, gerentes, analistas e



supervisores, praticam todos os desmandos que agridem os ferroviários e seus direitos.

Seria chover no molhado, citar todas as irregularidades que são praticadas no dia a dia. A empresa estabeleceu o jogo e suas regras, e tenta a ferro e fogo impor isso à categoria, pois, todos sabem o que ocorre entre Bauru e Corumbá. Nossa categoria sempre teve grande tradição de luta, tanto isso é verdade, que todos os benefícios que hoje são aplicados foram conquistados com muitas lutas, sempre realizadas de forma coletiva.

Os tempos atuais são de grandes desafios, e precisamos mudar este jogo e suas regras, e isso só poderá ser feito quando cada um de nós ferroviários da ALL-

Malha Oeste, levantarmos bem alto nossa voz, e dizer: BASTA!

As grandes manifestações ocorridas em junho/julho demonstraram, que quando os trabalhadores se organizam, quando se mobilizam para lutar, de forma unificada pelos seus direitos não há força que nos segure.

A Direção do Sindicato tem atuado em todas as frentes procurando resolver estas situações apresentadas no dia a dia, mas, tem sido insuficiente. Fazemos denúncias, realizamos reuniões com a empresa, entramos com ações judiciais, porém, a empresa continua a fazer de conta que os problemas não existem. A situação é tão grave, que em reunião realizada em Bauru dia 10/09, para discutir o não cumprimento de cláusulas do acordo, a empresa se



recusou até mesmo a lavrar ata da mesma.

Os ataques se aprofundam por conta das metas estabelecidas para serem cumpridas

por gerentes, analistas e supervisores, que se transformam em verdadeiros carrascos para receberem seus prêmios no final do



ano. Agora existe até meta para punição de ferroviários.

Uma grande parte dos gerentes, analistas e coordenadores exercem suas funções com base em ameaças cotidianas, como faziam os nazistas nos campos de concentração. Tornaram-se verdadeiros agentes similares aos SS.

Frente a todas estas situações, é imperativo que a categoria RESISTA, e isso só poderemos fazer com muita força, muita unidade entre nós e muita disposição para mudar este jogo. Temos a convicção, que esgotada todas as formas de dialogo e de negociação, devemos nos preparar para usar o legítimo direito de greve.

Terceirização ilegal no Mato Grosso do Sul

É muita cara de pau da ALL determinar que uma empreiteira que está prestando serviços para a Vale do Rio Doce, na área de Via Permanente, entre em contato com o Sindicato para assinar Acordo Coletivo de Trabalho. Quem tem a concessão da malha é a ALL, e por conta de decisão

judicial já transitada em julgado, está proibida a terceirização das atividades de via permanente, como querem fazer no trecho de Porto Esperança, onde a empreiteira Almeida e Echeverria engenharia LTDA ME pretende instalar uma turma com 0 empregados, para prestar serviços por dois anos.

Não assinaremos este acordo, e não cairemos no truque da ALL, que pode usar esta armadilha, para voltar a terceirizar as atividades de via permanente. Se insistirem na ilegalidade efetuaremos denúncia por descumprimento de decisão judicial.

PRV da ALL é uma grande farsa para aumentar a exploração da categoria

O programa de PRV foi implantado no Brasil com apoio dos patrões, para instituir uma política de abono, vinculado ao resultado e produtividade, com critérios que relacionam a participação nos lucros com a conduta do trabalhador, sua disciplina, obediência etc.

Para patrões como a ALL é o paraíso. Ao mesmo tempo em que impõem o arrocho salarial, fazem chantagem com o ferroviário, porque se ele não andar na linha não vai receber nem mesmo a PPR, que é apresentado como sendo fruto de uma atitude benevolente dos patrões.

O PPR é uma clara medida para, por um lado, conter a luta por melhores salários, e por outro, ainda que pareça contraditório, diminuir a parte que os trabalhadores recebem daquilo que produzem. Porque o PPR é muito menos na renda do trabalhador do que o que é incorporado ao seu salário, sua aposentadoria.

O PRV é uma grande desgraça

Conhecemos a política bandida da empresa para forjar faltas injustificadas, não aceitar atestado médico, dar falta para



trabalhadores doentes, entre tantos outros abusos. Aceitar a proposta da ALL- Malha Oeste é deixar a categoria totalmente nas mãos de "chefes", que querem cumprir suas metas a qualquer custo, para receberem seus bônus milionários.

O trabalhador é "domesticado", passa a ter uma visão "individualista" dos problemas por conta de suas necessidades, se esquecendo de que a nossa luta deve ser coletiva, pois, os problemas são coletivos, e sua disposição para a luta por salários e direitos acaba sendo contida em troca da mixaria da PPR e dos prêmios para quem vence os campeonatos, para a alegria da dos patrões.

A ALL Malha Oeste apresentou uma proposta de PPR que, além das metas absurdas, exige uma série de regras para o seu pagamento, tais como não ter falta, não tirar licenças etc.

Assinar um acordo que autorize qualquer tipo de punição ou regra para o pagamento da PPR é uma traição contra a categoria. Aceitar punição por falta injustificada é aceitar a escravização dos trabalhadores, o assédio de chefes "capitães do matto".

Como já informamos a empresa, por decisão da categoria, a única negociação possível é a divisão igualitária entre os trabalhadores, e sua aplicação de forma linear.

Mobilização para combater a monocondução

A ALL- Malha Oeste vem desenvolvendo todos os esforços para impor em nossa malha a famigerada monocondução. Nosso sindicato foi o primeiro a conseguir barrar esta prática criminosa, quando a Brasil Ferrovias tentou impor a monocondução em Botucatu na Malha Paulista. Os maquinistas e manobreadores realizaram três dias de greve que contaram com o apoio de nossa entidade, só voltando ao trabalho depois que o Ministério Público do Trabalho, concedeu

liminar proibindo a prática. São mais de 12 anos de luta contra este absurdo, e estamos resistindo. A All Malha Oeste solicitou nova perícia na malha em mais uma tentativa de derrubar a proibição. O Sindicato fará tudo para combater e derrotar a empresa, mas desde já convocamos todos os maquinistas e auxiliares a manterem-se em "estado de prontidão", pois se for necessário teremos que parar a ferrovia, para barrar a monocondução.



FGTS: Mudança na forma de correção tem gerado prejuízos para os trabalhadores



Desde 1999 o FGTS dos trabalhadores está sendo corrigido de maneira errada e o prejuízo pode chegar a 88,3%, dependendo da data da sua contratação. A correção deveria ser compatível com a inflação,

porém, estudos apontam que só nos dois últimos anos as perdas chegam a 11%. Em 2000 a inflação foi de 5,27% e a correção de 2,09%. Em 2005 a inflação foi de 5,05% e a correção de 2,83, e por aí adiante, agravando para que desde setembro de 2012 a correção das contas foi de 0%.

Direito a revisão: Todo trabalhador que tinha saldo na conta do FGTS entre 1999 a 2013, mesmo já tendo sacado os valores.

O Sindicato irá entrar com ações para os interessados e na próxima semana divulgaremos um boletim com todas as informações necessárias.

Fique atento!

Práticas bandidas da ALL Malha Oeste

Trem de recuo na UP-MS

Esta prática é irregular, pois, coloca em risco a operação e a segurança, e é proibida no RO. Já notificamos a empresa da irregularidade, mas, nenhuma ação é adotada pela gerência de operações. Vale lembrar que a empresa assinou termo de ajuste e conduta no MPT, onde se comprometeu a não praticar esta forma de condução de trens.

Repouso e folgas picadas

As folgas semanais devem ser concedidas logo após o cumprimento do repouso interjornada, o que não vem sendo praticado. Muitos maquinistas e auxiliares estão sendo colocados em folga sem gozar o repouso. E mais, como a folga é programada muitos estão sendo convocados para trabalhar nestes dias o que é ilegal, e não estão recebendo as horas com acréscimo de 100% como determina a lei e O Acordo Coletivo. A empresa foi condenada em primeira instância na Justiça do trabalho a efetuar os pagamentos de todas as horas trabalhadas nos dias destinados à folga em processo que tramita em Bauru (nº0000168-963-2010). Quando existe o trabalho nos dias destinados à folga semanal, e no repouso interjornadas, além do pagamento deve ser



concedido na semana seguinte outro dia para o repouso ou folga.

Horas Extras nos Sábados

A empresa também não vem pagando as horas trabalhadas aos sábados para o pessoal de Via Permanente como extras com o adicional de 100%. Os empregados da Via tem jornada de trabalho de 44 horas semanais de segunda a sexta pagando o

sábado. Se já trabalharam horas a mais de segunda a sexta, todas as horas do sábado devem ser pagas como extras, o mesmo ocorrendo com os domingos. Se trabalharem no domingo, a empresa deve conceder outro dia de repouso.

Marcação de Ponto

Uma verdadeira bagunça a forma introduzida pela empresa de marcação de ponto biométrico, que vem servindo de instrumento para a empresa surripiar horas trabalhadas, diárias, horas extras, servindo também para justificar punições aos trabalhadores. Esta forma de apontamento é irregular, e já foi denunciada pelo sindicato.

Metas de Punição

Absurdo; a empresa definiu que os gerentes, analistas e coordenadores devem ter meta de punição, e os nazistas estão metendo a caneta punindo a torto e a direito. Esta é mais uma forma que empresa encontrou para ajustar seu orçamento à custa dos trabalhadores. Muitos trabalhadores que ganham prêmios nos famigerados campeonatos acabam não recebendo por conta das punições. É muita sacanagem com a categoria.

Campanha Salarial 2014 - Assembléias Gerais



O Acordo Coletivo de Trabalho em vigor tem validade por dois anos. Para garantir os direitos da categoria, ficou consignado que

as partes podem denunciar cláusulas e apresentarem novas cláusulas para serem discutidas entre novembro e dezembro de 2013, tendo vista que nossa data base é primeiro de janeiro.

O Sindicato está elaborando um estudo de todas as cláusulas do Acordo em vigor, e também sistematizando novas situações que integrarão a pré pauta de reivindicações que será submetida à discussão com a categoria em assembléias que serão realizadas em nossa base de 21 a 29 de outubro de 2013. Nas assembléias também serão discutidas

as reivindicações econômicas.

A Campanha Salarial é um momento muito importante para a categoria. Para que possamos realizar uma campanha forte, que nos permita avançar é fundamental que a categoria participe diretamente. Temos muitos problemas na ALL- Novoeste, que tem como prática não respeitar a lei, acordos coletivos etc. É uma empresa "fora da lei". Este ano tem que ser o ano da virada deste jogo, e isso pode ocorrer se cada um dos ferroviários colocarem a luta coletiva no centro de suas ações.